



**MINISTÉRIO DO TURISMO**  
**SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA**  
**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN**  
**Coordenação-Geral de Normatização e Gestão de Território**  
**Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização**

Relatório Técnico N° 01/2021

**RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA N. 3 DA MINUTA DE PORTARIA QUE DEFINE DIRETRIZES DE PRESERVAÇÃO E CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO PARA AS ÁREAS DE TOMBAMENTO E DE ENTORNO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO, URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO DA CIDADE DE CÁCERES, SITUADO NO ESTADO DO MATO GROSSO (MT), BEM OBJETO DE TOMBAMENTO FEDERAL PELO IPHAN**

## 1. INTRODUÇÃO

O Relatório Técnico de consolidação das contribuições da Consulta Pública tem por objetivo apresentar os resultados do processo de consulta pública para o bem tombado “Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres”, divulgado pelo Iphan antes da edição de atos normativos que dispõem sobre delimitação da poligonal de entorno e definição de diretrizes de preservação e critérios de intervenção para bens tombados em nível federal.

O relatório é composto dos seguintes itens:

- Metodologia
- Resultados
- Considerações finais
- Anexo

### 1.1. Contextualizando a Consulta Pública no âmbito da normatização

Antes de apresentar os objetivos da publicação da Consulta Pública cabe uma introdução sobre o que são as normas de preservação, por que são publicadas pelo Iphan e como é o processo institucional de normatização.

Por que o Iphan publica normas de preservação para os bens tombados?

De acordo com o Decreto lei 25/37 em seus artigos:

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

Esses artigos foram regulamentados pelo Iphan em 2010 por meio das Portarias n. 420 e n. 187 que tratam respectivamente dos procedimentos administrativos de autorização de intervenções e fiscalização em bens tombados.

E o que a Constituição de 1988 definiu?

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

(...)

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

Em dezembro de 2017 foi publicado o Decreto n. 9238, que aprovou uma nova estrutura regimental e um novo quadro de cargos e funções para o Iphan. Em seu Anexo I, foram estabelecidas as suas finalidades:

Art. 2º O IPHAN tem por finalidade:

I - preservar o patrimônio cultural do País, nos termos do [art. 216 da Constituição](#);

II - coordenar a implementação e a avaliação da Política Nacional de Patrimônio Cultural, de acordo com as diretrizes definidas em ato do Ministro de Estado da Cultura; (...)

V - promover a difusão do patrimônio cultural do País, com vistas à preservação, à salvaguarda e à apropriação social; (...)

VII - elaborar as diretrizes, as normas e os procedimentos para a preservação do patrimônio cultural acautelado pela União, de forma a buscar o compartilhamento de responsabilidades entre os entes federativos e a comunidade; (...)

Foram estabelecidas, também, as competências do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização e das Superintendências, entre as quais se enquadra a elaboração de diretrizes e critérios para a intervenção no patrimônio cultural:

Art. 20. Ao Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM compete:

I - formular, em conjunto com os demais órgãos específicos singulares e com as Superintendências, a Política Setorial de Preservação do Patrimônio Cultural de Natureza Material;

II - planejar, acompanhar e avaliar a execução da Política Setorial de Preservação do Patrimônio Cultural de Natureza Material;

III - propor as diretrizes, os critérios e os procedimentos para:

- a) a identificação e o reconhecimento do patrimônio cultural de natureza material;
- b) a elaboração e a aprovação de normas de preservação;
- c) as autorizações de pesquisa e intervenção em bens acautelados em âmbito federal;
- d) a fiscalização do patrimônio cultural de natureza material acautelado pela União; e
- e) a conservação e gestão de bens culturais acautelados pela União; (...)

V - planejar, formular, monitorar, gerenciar e avaliar os programas, projetos e ações para preservação do patrimônio cultural material, de forma articulada, com os Departamentos e as Superintendências;

VI - desenvolver, fomentar e promover as metodologias, os cadastros, os estudos e as pesquisas que possibilitem ampliar o conhecimento sobre o patrimônio cultural de natureza material;

VII - desenvolver, fomentar e promover, em conjunto com os Departamentos e as Superintendências, ações que ampliem o uso, a fruição, a participação e a apropriação social do patrimônio cultural de natureza material; (...)

Art. 24. Às Superintendências do Iphan compete:

I - promover, coordenar, planejar, operacionalizar e executar as ações de articulação com o poder público e com as comunidades locais, de acordo com as diretrizes institucionais;

III - orientar, analisar, aprovar, acompanhar, executar e avaliar os projetos nas suas áreas de atuação ou de bens acautelados pela legislação federal;

VII - colaborar na elaboração de critérios e padrões técnicos para a conservação e intervenção no patrimônio cultural;

IX - articular, apoiar e coordenar os levantamentos, os estudos e as pesquisas que possibilitem ampliar o conhecimento sobre o patrimônio cultural;

XIII - apoiar a execução das ações de cooperação, fomento e promoção, com vistas à preservação, à salvaguarda e à difusão do patrimônio cultural.

A partir desse Decreto n. 9238/2017, o DEPAM passou a ter a seguinte estrutura organizacional, com a criação de uma coordenação-geral específica para os trabalhos de normatização:

- Coordenação-Geral de Identificação e Reconhecimento - CGID
- Coordenação-Geral de Normatização e Gestão de Território - CGN
- Coordenação-Geral de Conservação - CGCO
- Coordenação-Geral de Autorização e Fiscalização - CGAF

E como o Iphan, a partir desse quadro, detalhou a atribuição de elaboração das normas de preservação?

No ano seguinte, a Portaria n. 375/2018, que institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan, atendendo ao disposto no Decreto 9238/2017, estabeleceu o seguinte, no tocante à normatização:

Art. 6º As ações e atividades relacionadas com a preservação do patrimônio cultural material estão organizadas a partir dos seguintes processos institucionais: I. Educação Patrimonial II. Identificação III. Reconhecimento IV. Proteção V. Normatização VI. Autorização VII. Avaliação de Impacto VIII. Fiscalização IX. Conservação X. Interpretação, Promoção e Difusão. (...)

§ 3º. Os processos de Normatização, Autorização, Avaliação de Impacto, Fiscalização, Monitoramento e Conservação correspondem a formas de Vigilância do patrimônio cultural material. <sup>III</sup> (...)

Seção I - Da Normatização

Art. 36. O objetivo da Normatização é regular os procedimentos, definir parâmetros e estabelecer sistemas de gestão que garantam a preservação do patrimônio cultural material. Parágrafo único. No caso de bens imóveis tombados, a normatização buscará definir práticas e procedimentos que orientem a compreensão dos bens tombados em seus territórios de inserção para estabelecer diretrizes com vistas a subsidiar as atividades de autorização, fiscalização, conservação e gestão dos bens protegidos.

Art. 37. São instrumentos de Normatização e Gestão do patrimônio cultural material:

- 1. As Diretrizes de Preservação;
- 2. As Normas de Preservação; e
- 3. Os Planos de Gestão.

Parágrafo único. As Diretrizes de Preservação serão consideradas como instrumentos de gestão da preservação quando aprovadas pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, no âmbito dos processos de tombamento.

Art. 38. O Iphan realizará ações e atividades de Normatização com as seguintes finalidades:

- I. Regulamentar práticas e procedimentos que objetivem a preservação do patrimônio cultural material protegido;
- II. Estabelecer atitudes reflexivas sobre o bem cultural material e o contexto onde está inserido;
- III. Definir, de forma clara e objetiva, os critérios de preservação, buscando construir com os órgãos públicos, instituições e agentes locais uma leitura integrada e atualizada do território onde se localizam os bens materiais protegidos;
- IV. Estabelecer práticas para a construção participativa das normas de preservação, de forma a garantir sua legitimidade, apropriação perante as comunidades locais e agentes públicos e facilitar a definição de estratégias de gestão compartilhada dos bens materiais protegidos, dando efetividade ao Pacto de Preservação; e
- V. Integrar as práticas de elaboração das normas de preservação aos instrumentos e processos de proteção e contribuir com as atividades de rotina da fiscalização, autorização e conservação.

Art. 39. O processo de construção das normativas deve buscar integrar os valores patrimoniais a um marco mais abrangente de desenvolvimento que respeite e dialogue com contexto local, partir da realidade do território onde está inserido o bem material protegido e estruturar-se de acordo com o seguinte conteúdo:

- 1. Marcos legais vigentes;
- 2. Valores, atributos e características a serem preservados;
- 3. Objetivos da norma;
- 4. Áreas e/ou setores de preservação, quando aplicável;
- 5. Diretrizes gerais de preservação;

6. Critérios específicos de preservação; e
7. Condições de aplicabilidade, operacionalização e monitoramento da norma.

É importante lembrar que muito antes da publicação da Portaria n. 375/2018, a Procuradoria Federal junto ao Iphan já havia se manifestado por meio do Parecer n. 45/2010 sobre a publicação das normas de preservação:

- 8 - Destarte, o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, autarquia federal, a quem foi atribuída a proteção do patrimônio cultural nacional, no exercício de sua competência, pode editar normas e procedimentos estabelecendo os critérios de intervenção em bens tombados e em seu entorno.
- 9 - **É preciso frisar que o Decreto Lei nº 25/37 é auto-aplicável.** Ou seja, não é preciso outras normas para lhe conferir eficácia. No entanto, é salutar a fixação de critérios de intervenção a serem observados a fim de viabilizar a sua aprovação através de instrumento normativo.
- 10 - O estabelecimento de tais normas é desejável, uma vez que confere maior publicidade transparência ao procedimento de aprovação de intervenções preconizado nos artigos 17 e 18 do Decreto-Lei nº 25/37.
- 11 - Deve-se ressaltar que a lei conferiu ao IPHAN atribuição privativa e ampla para autorizar ou não a execução de quaisquer obras nas áreas tombadas, sem prejuízo da atribuição de outros órgãos do Poder Público.

E qual tem sido a estratégia adotada para a implementação do processo institucional de normatização no sentido proposto pela PPCM?

Em que pesem as definições da PPCM e as disposições do Decreto n. 9238/2017, é fundamental deixar claro que o Iphan publica normas de preservação desde a década de 1970 e tem dispendido um esforço significativo ao longo das últimas décadas para avançar nas reflexões e consolidar entendimentos sobre o tema.

Como fruto dessas reflexões e esforços recentes ficam evidentes alguns problemas e dificuldades a serem enfrentados.

Na ausência de uma regra geral sistematizada para cada bem tombado (norma de preservação), vale a análise pontual (parecer de um profissional técnico). As incompreensões relacionadas aos processos de tombamento também podem acentuar o grau de discricionariedade sobre interpretações variadas sobre o bem tombado, ou seja, seus valores e atributos. Associada a essa questão, existe a dificuldade de entender os elementos que caracterizam o contexto do bem e sua ambiência, tendendo, em algumas situações, ao tratamento das áreas de entorno como tombadas.

Somam-se a isso incompreensões relacionadas ao espaço e à dinâmica urbana, inerentes ao processo de produção da cidade, e as dificuldades em relação aos atores locais e a necessidade de estabelecer canais de comunicação, entendendo os limites e as características de atuação de cada ente.

Nesse sentido, são considerados como desafios:

- Avançar no entendimento sobre o papel das normas de preservação como instrumento de orientação para as intervenções passíveis de serem realizadas nas áreas tombadas, rompendo com as lógicas e práticas de construção de normas apenas como conjuntos de proibições ou impedimentos.
- Estabelecer estratégias específicas para a elaboração e revisão das normas de preservação para o universo de bens protegidos pelo Iphan, respeitando a diversidade dos bens, contextos locais e realidade das Superintendências, garantindo a continuidade dos trabalhos em andamento e a incorporação de todos os subsídios já produzidos institucionalmente sobre o tema.
- Contribuir para o estabelecimento de bases para a construção de ações e instrumentos de gestão compartilhada para os bens protegidos por meio de um processo de pactuação de leituras e entendimentos.

Reconhecidos esses desafios, definiu-se uma estratégia de atuação e um conjunto de ações que buscam conduzir a ação institucional no sentido proposto pela Política de Preservação do Patrimônio Cultural Material, que vem sendo gradualmente implementada ao longo dos últimos anos.

1. **QUADRO DE INFORMAÇÕES SOBRE AS NORMAS.** Organização de um quadro geral das ações de normatização, em constante atualização, incluindo todas as normas vigentes publicadas em portarias e as normas em elaboração. Esse quadro foi fundamental para atender às demandas do Decreto 10.139/2019 de revisão dos atos normativos, e indica que atualmente o Iphan tem 57 portarias publicadas pela Presidência, sendo 19 relativas à conjuntos urbanos, arquitetônicos ou paisagísticos onde estão inseridos 118 bens com tombamento isolado e 22 portarias para o entorno de 69 bens isolados, as restantes 16 são revisões e/ou complementações das demais portarias vigentes, ou seja, no total elas incidem sobre 206 bens.

2. **MATERIAL DE ORIENTAÇÃO.** Proposição e elaboração do “*Manual de Orientações Gerais - Estruturação de processos de normatização em contextos urbanos*”, baseado na proposição de uma “Matriz de Referência” para o desenvolvimento desses trabalhos. Essa abordagem metodológica para o trabalho de normatização estabelece uma lógica de trabalho ancorada no acordo com os agentes da preservação e no conhecimento aprofundado das dinâmicas do território. Ao mesmo tempo em que consolida aprendizados das diversas ações em andamento, busca conduzir a construção das novas ações no sentido dos objetivos propostos. A Matriz, por sua vez, é ao mesmo tempo flexível, para se adequar às diversas realidades e contextos locais, e rígida, para manter a unidade dentro de toda a diversidade. A difusão dessa abordagem tem se dado no âmbito da elaboração dos trabalhos de normatização, mas o objetivo é a publicação do Manual.

3. **FORMATAÇÃO DOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS E ANÁLISE JURÍDICA.** Definição de uma nova rotina de análise jurídica das minutas de portaria junto à Procuradoria Federal e atualização do quadro de conteúdos que define parâmetros formais para a estrutura das minutas de portaria a fim de facilitar o diálogo e tornar mais célere a rotina de análise das minutas. Esse alinhamento com a Procuradoria Federal é de fundamental importância porque em diversas situações as condicionantes e exigências de adequação da linguagem técnica para a jurídica implicam em ajustes e detalhamentos dos próprios comandos normativos.

4. **APOIO EXTERNO DE CARÁTER TÉCNICO ESPECIALIZADO.** A estruturação dos trabalhos entre as equipes técnicas das Superintendências do Iphan e da área central (CGN/DEPAM) tem se dado de forma bem próxima e cooperativa, podendo contar ou não com a possibilidade de apoio externo de caráter técnico especializado. A participação de consultorias especializadas ou de equipes de especialistas, quando se trata de parcerias com Universidades Públicas, contribui sobremaneira para o avanço e aperfeiçoamento dos trabalhos, no entanto as restrições orçamentário-financeiras da instituição limitam a ampliação desses serviços, ficando restrita somente às situações ou casos mais complexos.

5. **PACTUAÇÃO DE PRIORIDADES.** A definição das ações prioritárias e a pactuação anual de planos de trabalho entre as Superintendências do Iphan e a área central (DEPAM/CGN), assim como das estratégias locais para o desenvolvimento dos trabalhos, leva em consideração as demandas locais mais urgentes e os conflitos existentes.

6. **AMPLIAÇÃO DO ACESSO E QUALIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO GEORREFERENCIADA.** Os trabalhos de normatização buscam contribuir para o desenvolvimento de uma estratégia de gestão da informação no âmbito do DEPAM, além de criar rotinas e orientações para a produção das bases de dados georreferenciadas e alimentação do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão - SICG.

7. **FLUXO DO PROCESSO E PROCEDIMENTO OPERACIONAL.** O desenho do fluxo do processo de normatização, com o detalhamento dos procedimentos operacionais, é um passo fundamental para ampliar a transparência das rotinas e práticas consolidadas e dar maior autonomia para as equipes locais conduzirem os processos de normatização. Além disso, é essencial garantir o alinhamento com os demais processos institucionais (identificação, reconhecimento, fiscalização, autorização e conservação).

8. **ESTRATÉGIA DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA.** Elaborar e implementar uma ação de capacitação continuada alinhada com as estratégias institucionais é outro componente fundamental para promover avanços no sentido proposto pela PPCM e melhorar as capacidades e habilidades para a elaboração das normas, além de ser fundamental para a troca de experiências e ampliação do conhecimento.

9. **DEFINIÇÃO DE UMA PROPOSTA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.** Por fim, mas não menos importante é a definição de um sistema ou uma ação continuada de monitoramento e avaliação das ações de normatização afim de acompanhar melhor os impactos e consequências da implementação das portarias. Busca-se dessa forma evitar que efeitos negativos ou indesejáveis se estendam por longos períodos e ao mesmo tempo criar uma perspectiva de atualização em relação às mudanças nas dinâmicas locais, que podem, inclusive, ser geradas pela própria aplicação da norma.

Complementarmente a essas estratégias de atuação institucional, apontamos os principais aspectos da abordagem de normatização estabelecida com a Matriz de Referência, cuja implementação tem demonstrado sua potencialidade para a elaboração de normas consistentes e aderentes à realidade.

São três os objetivos que expressam a abordagem:

1. **PERCEPÇÃO INICIAL:** compreender o bem tombado em si e em contexto e formular um primeiro quadro dos problemas que se colocam para a efetividade da sua preservação, partindo da tradução dos valores e atributos e características do bem e levando em conta o histórico de atuação institucional na gestão do bem.
2. **LEITURA INTEGRADA E PACTUADA DO BEM NO TERRITÓRIO:** construir uma leitura integrada e pactuada do bem no território que retoma a percepção inicial sobre o bem e a qualifica com análises e subsídios complementares aportados por meio de um pacto de entendimentos entre os agentes do território, estabelecido a partir de um processo de construção de consensos em torno das diretrizes de preservação que serão desdobradas em critérios de intervenção na norma.
3. **AÇÕES PARA A GESTÃO COMPARTILHADA:** estruturar e formalizar instrumentos necessários para a gestão compartilhada, tendo em vista a efetivação da norma de preservação do Iphan.

Para cada um desses objetivos, a Matriz de Referência estabeleceu um detalhamento de atividades mínimas (“o que?”) com as respectivas justificativas (“por que?”) e estratégias (“como?”). O próximo passo do desenvolvimento e consolidação dessa abordagem de trabalho será dado pelo detalhamento do fluxo do processo de normatização, com a indicação dos produtos esperados em cada etapa, atores responsáveis e formas de validação e aprovação de todo o processo.

## 1.2. A publicação da Consulta Pública

Como surgiu a proposta da Consulta Pública para o processo de normatização dos bens tombados em contextos urbanos?

A consulta pública é instrumento de participação popular previsto na legislação brasileira com o objetivo de apoiar as ações do setor público em geral de forma a garantir, em especial, ampla publicidade, o que permite, de certa maneira, diálogo prévio à publicação dos atos administrativos normativos.

No caso do processo de normatização dos bens tombados, está clara a necessidade de ampliar os canais de comunicação e de articulação institucional para a construção de uma norma baseada num processo de pactuação com os atores locais. Soma-se a este entendimento, o avanço na implementação do processo, sob essa abordagem metodológica, tem sido gradual e a compreensão que cada ação local tem perfil e contextos distintos. Dada a complexidade observada no processo de formulação das normas de preservação, entendemos que, por vezes, os momentos de publicação ou discussão pública das normas podem ter sido limitados ou insuficientes e, ainda, que as contribuições podem agregar qualidade para a norma e trazer questionamentos ou realçar aspectos que não foram observados pelas equipes e demais envolvidos ao longo do processo.

A partir desta compreensão ampliada da necessidade e utilidade da consulta no processo de normatização, o Depam entendeu como oportuno e adequado adotar como procedimento padrão a realização de uma Consulta Pública prévia à publicação da portaria, tendo as seguintes motivações no âmbito da elaboração e revisão das normas de preservação para áreas tombadas e de entorno:

- Ampliação da participação social;
- Ampliação da transparência e da publicidade do processo de normatização;
- Ampliação da legitimidade dos atos normativos emitidos pelo IPHAN;
- Identificação, de forma antecipada, da eventual ocorrência de conflitos normativos;
- Ampliação da efetividade dos atos normativos;
- A fundamentação da tomada de decisões; e
- A garantia de participação dos afetados, direta ou indiretamente, no ato normativo.

Qual é o amparo legal para as Consultas Públicas?

Em relação às Consultas Públicas, a Procuradoria Federal junto ao Iphan apontou o seguinte, no Parecer n. 318/2021 (Processo n. 01425.000210/2018-15, documento SEI 2941648):

13. Mister se faz consignar que a realização de consultas públicas se encontra prevista no **Decreto-lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942** - Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, alterada pela **Lei nº 13.655, de 2018**:

Art. 29. Em qualquer órgão ou Poder, a edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão.

§ 1º A convocação conterá a minuta do ato normativo e fixará o prazo e demais condições da consulta pública, observadas as normas legais e regulamentares específicas, se houver. (...)

Art. 30. As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas.

Parágrafo único. Os instrumentos previstos no caput deste artigo terão caráter vinculante em relação ao órgão ou entidade a que se destinam, até ulterior revisão.

14. Cabe salientar que o art. 29 do Decreto-lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942 foi regulamentado pelo **Decreto nº 9.830, de 10 de junho de 2019**, nos seguintes termos:

Art. 18. A edição de atos normativos por autoridade administrativa poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico.

§ 1º A decisão pela convocação de consulta pública será motivada na forma do disposto no art. 3º.

§ 2º A convocação de consulta pública conterá a minuta do ato normativo, disponibilizará a motivação do ato e fixará o prazo e as demais condições.

§ 3º A autoridade decisora não será obrigada a comentar ou considerar individualmente as manifestações apresentadas e poderá agrupar manifestações por conexão e eliminar aquelas repetitivas ou de conteúdo não conexo ou irrelevante para a matéria em apreciação. (...)

15. Oportuno mencionar que, a **Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999**, também dispõe sobre a consulta pública:

Art. 31. Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.

§ 1º A abertura da consulta pública será objeto de divulgação pelos meios oficiais, a fim de que pessoas físicas ou jurídicas possam examinar os autos, fixando-se prazo para oferecimento de alegações escritas.

§ 2º O comparecimento à consulta pública não confere, por si, a condição de interessado do processo, mas confere o direito de obter da Administração resposta fundamentada, que poderá ser comum a todas as alegações substancialmente iguais.

Art. 34. Os resultados da consulta e audiência pública e de outros meios de participação de administrados deverão ser apresentados com a indicação do procedimento adotado.

16. Nesse cenário, depreende-se que o procedimento de consulta pública, a qual se encontra baseada nos princípios democráticos da transparência, eficiência e publicidade, deve observar as seguintes regras:

- a) deverá ser adotado preferencialmente o procedimento eletrônico;
- b) a decisão pela convocação de consulta pública deverá ser motivada;
- c) a convocação de consulta pública conterá a minuta do ato normativo e fixará o prazo e demais condições para a sua realização, devendo, ainda, ser disponibilizada a motivação do ato.

Em atenção à necessidade de serem disponibilizadas as manifestações técnicas que embasam o ato normativo, esclarecemos que ela foi atendida por meio do acesso ao Processo Administrativo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, devido ao volume de informações técnicas produzidas, que inúmeras vezes fazem referência a outros processos e documentos constantes nesse sistema, tornando inviável a disponibilização de todo esse material para download no site no momento de divulgação da Consulta Pública. Dessa forma, o acesso público à documentação técnica estará garantido, requerendo apenas a consulta ao SEI.

Como foi publicada a Consulta Pública?

A estratégia de publicidade da Consulta Pública foi estruturada em três ações principais:

1. Publicação de Aviso de Consulta Pública no Diário Oficial da União;
2. Ações de comunicação e divulgação por meio do sítio eletrônico do Iphan e redes sociais institucionais e;
3. Comunicação oficial aos parceiros locais como é o caso de prefeituras municipais e secretarias diretamente relacionadas à gestão do território, governos estaduais, fundações e institutos que operam no campo do patrimônio cultural e ou desenvolvimento urbano.

O Aviso do primeiro ciclo de Consulta Pública foi publicado no Diário Oficial da União no dia 15 de setembro de 2021. Foi também publicada no site do Iphan com as seguintes informações:

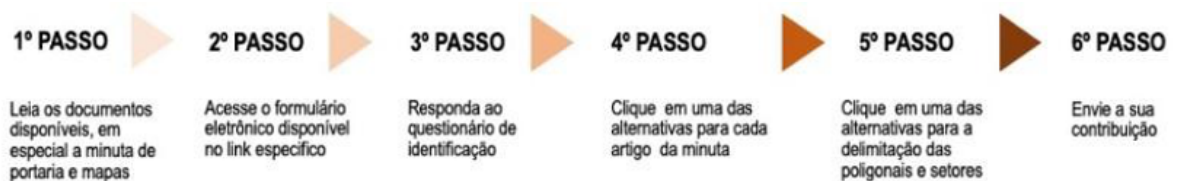
Aberta consulta pública sobre regras para bens tombados nos estados da Bahia, São Paulo e Mato Grosso.

Publicado em 18/08/2021 18h24 Atualizado em 16/09/2021 10h18

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), autarquia vinculada à Secretaria Especial da Cultura e ao Ministério do Turismo, [abriu prazo de 30 dias para que as minutas de portaria passem por consulta pública](#) antes de serem publicadas no Diário Oficial da União e as novas regras entrem em vigor. As diretrizes de preservação e os critérios para intervenções em bens tombados nos estados da Bahia, São Paulo e Mato Grosso podem receber contribuições da sociedade até o dia 15 de outubro de 2021.

As contribuições para o aperfeiçoamento da proposta de regulamentação serão recebidas até o próximo dia 15 de outubro de 2021. Findo o prazo de 30 (trinta) dias, o Iphan fará a análise e a consolidação das contribuições recebidas ao longo do processo de Consulta Pública, e publicará as respostas juntamente com o texto final da minuta de Portaria.

Os interessados em participar da consulta pública deverão seguir as seguintes instruções:



Para enviar comentários, dúvidas e sugestões, os interessados devem acessar a documentação disponível para download. No formulário digital de cada portaria, ao realizar contribuições, como alteração ou exclusão de conteúdo, deve-se incluir uma justificativa com até quinhentos caracteres. Caso você precise aportar mais conteúdo às suas contribuições, utilize o seguinte e-mail: [consultapublica.norm@iphan.gov.br](mailto:consultapublica.norm@iphan.gov.br) indicando o bem tombado, título, capítulo/seção e artigo.

#### Sobre os bens

Em Embu (SP): Igreja de Nossa Senhora do Rosário e residência anexa

*Link para acessos aos documentos da consulta pública:*

Formulário: <https://forms.gle/Cn6TWRZtChRYXf4G6>

Minuta: <https://tinyurl.com/yesbay5b>

Imagens: <https://tinyurl.com/5a7t64p6>

Mapas e kmz: <https://tinyurl.com/48htpfmd>

Aviso de consulta pública (DOU): <https://tinyurl.com/ma6tv24s>

Para consulta às manifestações técnicas, acesse o Processo Administrativo SEI nº Processo Administrativo SEI nº 01506.005410/2013-41: <https://tinyurl.com/22yww9jl>

Em Salvador (BA): cinco bens tombados como Patrimônio Cultural, sendo um deles o Forte de Santa Maria.

*Link para acessos aos documentos da consulta pública:*

Formulário: <https://forms.gle/gjzTgPQEFwsPwyht8>

Minuta: <https://tinyurl.com/mtzafmt>

Imagens: <https://tinyurl.com/rx3d477a>

Mapas e kmz: <https://tinyurl.com/ecnsm9jd>

Aviso de consulta pública (DOU): <https://tinyurl.com/9t5aww29>

Para consulta às manifestações técnicas, acesse o Processo Administrativo SEI nº 01502.001479/2020-65: <https://tinyurl.com/22yuw9jh>

Cáceres (MT): conjunto urbano de Cáceres

Link para acessos aos documentos da consulta pública:

Formulário: <https://forms.gle/3ubH9emvu9eZxba5A>

Minuta: <https://tinyurl.com/rhk9k5nd>

Imagens mapas e poligonal Cáceres <https://tinyurl.com/355mfmah>

Tabelas NP1 e NP2: <https://tinyurl.com/2csrmtr3>

Aviso de consulta pública (DOU): <https://tinyurl.com/2fvkzvja>

Para consulta às manifestações técnicas, acesse o Processo Administrativo SEI nº 01425.000210/2018-15: <https://tinyurl.com/22yuw9jh>

(Acesso em 05/11/2021. Disponível em: < <https://www.gov.br/iphan/pt-br/acao-a-informacao/participacao-social/audiencias-e-consultas-publicas/patrimonio-edificado>>).

Ainda no campo da publicidade dos atos administrativos, foi realizada comunicação oficial à Prefeitura Municipal de Cáceres (Ofício Nº 745/2021/IPHAN-MT-IPHAN, SEI 2985453), à Secretaria de Turismo e Cultura de Cáceres (Ofício No 748/2021/IPHAN-MT-IPHAN, SEI), à Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso (Ofício No 746/2021/IPHAN-MT-IPHAN, SEI 2985463), à Comissão Especial de Preservação e Tombamento de Cáceres/MT (Ofício No 776/2021/IPHAN-MT-IPHAN, SEI 2985506), ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Mato Grosso (Ofício No 747/2021/IPHAN-MT-IPHAN, SEI 2985471), ao Curso de Licenciatura em História e de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Estado do Mato Grosso (Ofício No 777/2021/IPHAN-MT-IPHAN, SEI 2985514), ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso (Ofício No 778/2021/IPHAN-MT-IPHAN, SEI 2985522), e ao Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio (E-mail da Superintendência do IPHAN no Estado no Mato Grosso, de 16/09/2021, SEI 2985489), todos disponíveis no processo administrativo nº 01425.000210/2018-15.

## 2. METODOLOGIA

A metodologia para análise das contribuições da Consulta Pública nº3 consiste na sistematização, análise em termos qualitativos e quantitativos, e elaboração de relatório final.

O primeiro passo consiste na extração dos dados advindos das contribuições nos formulários eletrônicos e a sua organização em tabelas segundo proponente e respostas. Na sequência, foi realizada análise quantitativa dos dados de forma a identificar perfil do proponente e do seu posicionamento (manter/alterar/excluir) quanto ao conteúdo normativo disponibilizado para a análise. A partir desta análise básica de frequências, buscamos detectar em quais temas as contribuições se concentraram. A pergunta que quisemos responder foi “Quais são os principais artigos e temas que receberam mais avaliações negativas?”. A partir deste filtro, a análise quantitativa dos dados nos ajudou a compreender os pontos mais citados e a sua correlação com o conteúdo normativo.

Uma vez concluída esta análise, passamos a analisar as propostas de alteração e exclusão com olhar qualitativo, ou seja, o relatório não irá extrair apenas informações numéricas. Para tal, foram compilados todos os comentários e organizados de acordo com o proponente, tipo de proposição (manter/alterar/excluir), justificativa e posicionamento do Iphan. Para a filtragem e encaminhamento de dados qualitativos, no que tange ao aceite ou não das propostas, foram adotados os critérios de pertinência ao conteúdo normativo apresentado e clareza das justificativas.

Como forma de detalhar a metodologia acima apresentada, o próximo item explicará o passo a passo adotado para a elaboração deste relatório.

### 2.1. Forma de contribuição

O principal meio disponibilizado ao público para contribuições à minuta de portaria de Cáceres foi o formulário eletrônico, elaborado na plataforma Google e acessível através de link aberto.

O interessado pôde enviar contribuições por artigo e justificar suas propostas. Devido ao grande número de artigos da portaria e aos limites da ferramenta escolhida, o formulário foi desmembrado em três partes. Previu-se a possibilidade de envio de imagens anexadas de propostas de alteração do desenho da poligonal de entorno e dos imóveis a serem classificados.

Além do formulário, o interessado pôde enviar sugestões diretamente por e-mail ([consultapublica.norma@iphan.gov.br](mailto:consultapublica.norma@iphan.gov.br)), independente dos canais comumente utilizados via protocolo institucional.

Foram realizadas, durante o período de Consulta Pública, uma apresentação virtual da minuta junto à Prefeitura Municipal de Cáceres e uma reunião técnica virtual junto à Câmara Municipal de Vereadores, tendo sido possível o encaminhamento verbal de sugestões.

### 2.2. Sistematização e análise

As repostas registradas nos formulários foram sistematizadas em tabelas, compondo um banco de dados das contribuições recebidas e facilitando a elaboração de gráficos, retratados na próxima seção.

Inicialmente, o quadro dos respondentes foi caracterizado (Tabela 1), explicitando-se a sua relação com a representação de instituições, associações ou coletivos (Tabela 2; Gráfico 1), e com o objeto tombado (morador, usuário/frequentador) (Gráfico 2).

Na sequência, as propostas foram quantificadas nas três hipóteses: *manter*, *alterar* ou *excluir* (Gráfico 3). Aquelas que propuseram alterações ou exclusões foram analisadas uma a uma e foram classificadas em *acolhidas*, *parcialmente acolhidas* ou *não acolhidas* pelo Iphan. Foram criadas categorias padrão para o registro das justificativas das decisões do Iphan como *proposta sem justificativa*, *proposta sem justificativa clara* ou, quando havia uma justificativa clara, a decisão do Iphan foi motivada e descrita.

Contribuições sem justificativa, ou sem justificativa clara, não foram acolhidas, pois não ofereceram elementos que permitissem a avaliação da sua pertinência. Em algumas situações, essas contribuições, embora não tenham sido acolhidas em seu teor, motivaram a revisão da redação original do artigo, seja por evidenciarem um problema de interpretação ou de precisão. O resultado dessa análise consta no Anexo – Análise das contribuições por artigo, proponente e origem. As propostas de alteração da poligonal de entorno e de classificação das edificações como NP1 ou NP2 também foram quantificadas e analisadas (Gráficos 4, 5 e 6).



Uma vez analisadas todas as propostas, os acolhimentos e não acolhimentos foram quantificados, permitindo-se avaliações textuais de ordem quantitativa. Analisou-se, ainda, a concentração temática das proposições (Tabela 3), destacando-se textualmente os temas mais sensíveis.

Foi registrada apenas uma colocação por e-mail, relatada textualmente no relatório, que se centrou em questionar o formato e o prazo da Consulta pública. Sua observação quanto à numeração dos artigos foi incorporada no final do Anexo.

As duas cartas externas recebidas também foram registradas textualmente no relatório e suas contribuições incorporadas no mencionado Anexo.

Em relação à apresentação e à reunião virtuais (Tabela 4), houve apenas uma contribuição referente à classificação de um imóvel, também esta incorporada no Anexo.

### 3. RESULTADOS

As contribuições à minuta da portaria da norma de preservação de Cáceres foram feitas em formatos diferentes: formulários eletrônicos, e-mail (consultapublica.norma@iphan.gov.br), cartas externas, apresentação pública e reunião técnica. Foram contabilizados 15 formulários, um e-mail (SEI 3016302), duas cartas externas protocoladas (SEI 3026335 e SEI 3033289), uma apresentação pública e uma reunião técnica (SEI 3029984).

O formulário eletrônico foi disponibilizado em três partes. Nem todos respondentes preencheram as três partes: apenas quatro responderam a todas as partes, dois responderam a duas partes e 7 responderam a apenas uma parte. O quadro a seguir apresenta os nomes dos respondentes por formulário.

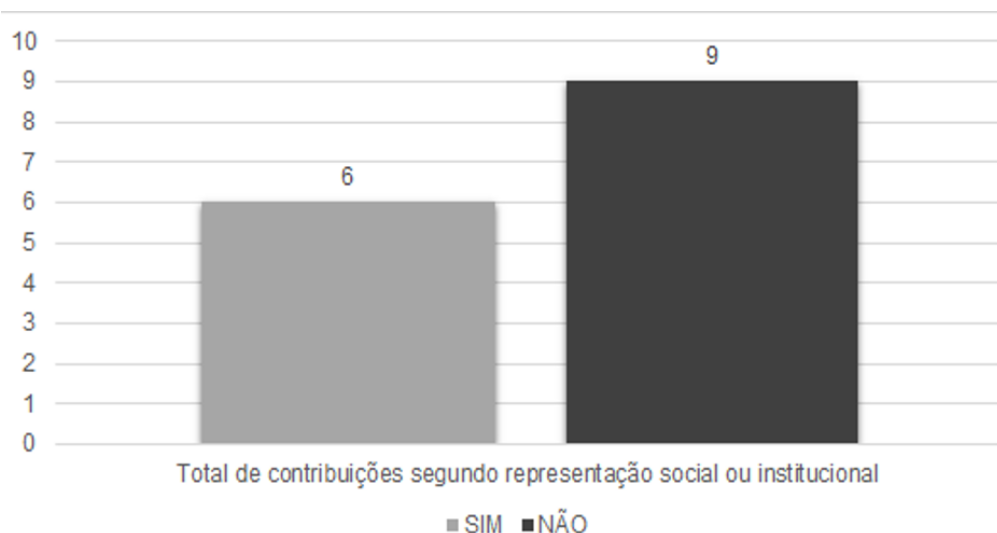
<b>Parte 1</b> 14 respostas	<b>Parte 2</b> 5 respostas	<b>Parte 3</b> 7 respostas
JPJ , MPTG , MW , SMSP	JPJ , MPTG , MW , SMSP	JPJ , MPTG , MW , SMSP
ADR , WMF		ADR , WMF
ADT , BVM , CABJ , DLC , LCS , RG , VO , ZMC	MJSS	

**Tabela 1.** Perfil do(a) respondente – formulário eletrônico. Para manter a privacidade dos respondentes, serão usadas apenas as iniciais dos nomes.

Fonte: Consulta pública nº03 (dados sistematizados Depam-Iphan)

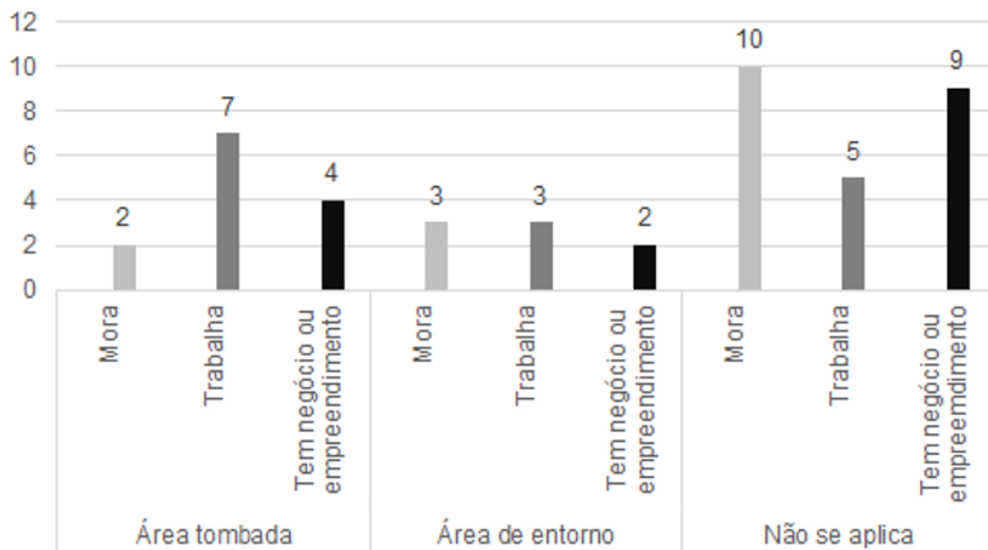
Seis respondentes, equivalente a 40% do total, declararam representar alguma instituição ou coletivo, conforme registrado nos gráficos a seguir. O representante da Secretaria do Estado de Cultura respondeu a todas as partes do formulário, tendo registrado importantes contribuições, e o da Prefeitura de Cáceres respondeu a duas partes (primeira e terceira). Houve respostas a partes do formulário por representantes de instituição religiosa, da associação de artistas plásticos do Estado e uma organização não especificada de arquitetura.

No que se refere ao tipo de relação com a área de abrangência da minuta de portaria, do total de proponentes que responderam sim (33%), 13% declararam morar na área tombada e 20% no entorno, e apenas 13% afirmaram não ter nenhuma relação direta, ou seja não mora, trabalha ou tem empreendimento ou negócio na região (ver Gráfico 2).



**Gráfico 1.** Contribuições segundo representação social ou institucional – formulário eletrônico.

Fonte: Consulta pública nº03 (dados sistematizados Depam-Iphan).



**Gráfico 2.** Contribuições segundo lugar de moradia ou exercício de atividade econômica – formulário eletrônico.

Fonte: Consulta pública nº03 (dados sistematizados Depam-Iphan)

	Instituição	Grupo	Coletivo
Área tombada	Prefeitura Municipal de Cáceres, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso - Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico e Museológico. Órgão público,	RTEMAT – Associação dos Artistas Plásticos do Estado do Mato Grosso. RELIGIOSA - Pessoa jurídica sem fins lucrativos.	“Arquitetura e Urbanismo”

**Tabela 2.** Identificação da instituição, grupo ou coletivo – formulário eletrônico.

Fonte: Consulta pública nº03 (dados sistematizados Depam-Iphan).

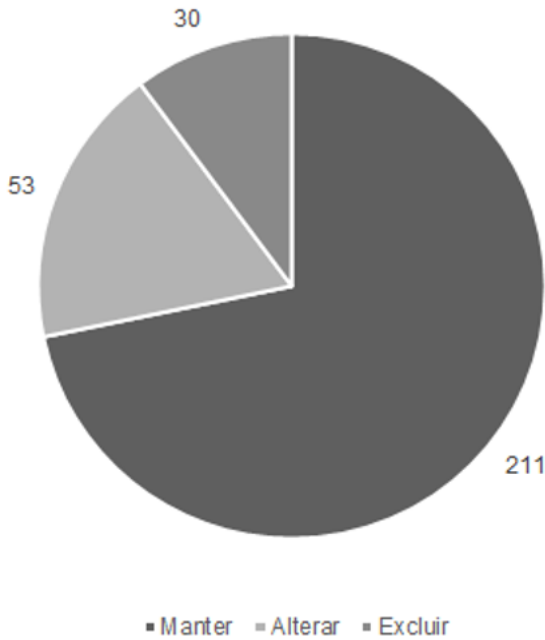
### 3.1. Quadro geral das respostas

Com relação aos comandos normativos dispostos na minuta de portaria, foram observadas 211 propostas de manutenção dos artigos, o que equivale a 30% do total de contribuições. As respostas que solicitaram alteração somam 53 (7,5%) e 30 (4,2%) demandaram a exclusão de determinados artigos. Importante notar que nem todos os formulários foram integralmente preenchidos, totalizando 58,3% dos campos não respondidos (ver Gráfico 3).

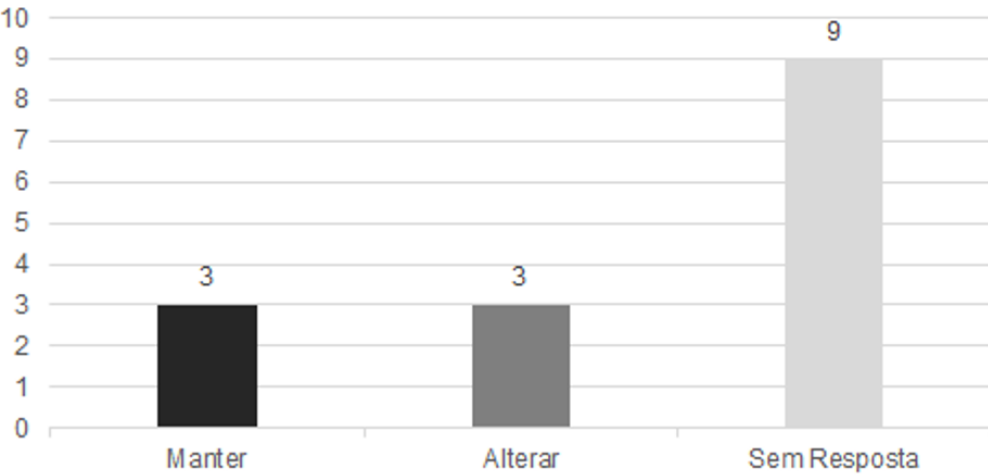
A maior parte das contribuições requereu apenas explicações sobre o âmbito da norma e sobre os critérios nela definidos. Foram feitas manifestações que solicitaram maior rigidez de critérios e outras que solicitaram maior flexibilização, em proporção ligeiramente superior.

Há três propostas para diminuição do entorno (20%), duas sem justificativa e sem apresentação do novo formato, e uma que discrimina o uso de apenas uma quadra após a área tombada. Foram contabilizadas mais três propostas para alteração da classificação dos imóveis: uma sugestão de inclusão de imóvel no entorno como NP1 e duas para transformar imóveis particulares classificados como NP2 em NP1.





<b>Gráfico 3.</b> Total de respostas segundo sugestão de encaminhamento do conteúdo normativo.
Fonte: Consulta pública nº03 (dados sistematizados Depam-Iphan).



<b>Gráfico 4.</b> Propostas para a poligonal de entorno.
Fonte: Consulta pública nº03 (dados sistematizados Depam-Iphan).

Conteúdo normativo (formulário)	Assunto abordado	Posição quanto ao comando normativo				
		Manter	Alterar	Excluir	Sem resposta	Total
Artigo 2	Finalidade da portaria	10	1	3	1	15
Artigo 3	Conteúdo da normativa	8	4	2	1	15
Artigo 4	Valor histórico	9	4	1	1	15
Artigo 5	Valor paisagístico	9	4	1	1	15
Artigo 6	Atributos valor histórico	9	4	1	1	15
Artigo 7	Atributos valor paisagístico	10	3	1	1	15
Artigo 8	Objetivos de preservação na AT	10	4	0	1	15
Artigo 9	Objetivos de preservação na AE	10	2	2	1	15
Artigo 10	Traçado urbano - diretrizes gerais	4	0	1	10	15
Artigo 11	Traçado urbano - vias e praças	4	0	1	10	15
Artigo 12	Traçado urbano - rampas	5	0	0	10	15
Artigo 13	Espaço público - diretrizes gerais	4	0	1	10	15
Artigo 14	Espaço público - diretrizes de projeto	4	0	1	10	15
Artigo 15	Espaço público - novos lotes	2	0	3	10	15
Artigo 16	Espaço público - publicidade	4	1	0	10	15
Artigo 17	Espaço público - paisagismo	5	0	0	10	15
Artigo 18	Espaço público - equipamentos	5	0	0	10	15
Artigo 19	Praça Barão de Rio Branco - diretrizes	4	1	0	10	15
Artigo 20	Rio Paraguai - diretrizes	4	1	0	10	15
Artigo 21	Avenida do Sangradouro - diretrizes	3	2	0	10	15
Artigo 22	Casario - desmembramento de lotes	5	0	0	10	15
Artigo 23	Casario - remembramento de lotes	5	0	0	10	15
Artigo 24	Casario - volumetria	1	3	1	10	15
Artigo 25	Casario - fachadas	2	1	2	10	15
Artigo 26	Casario - muros	5	0	0	10	15
Artigo 27	Casario - equipamentos 1	4	1	0	10	15
Artigo 28	Casario - equipamentos 2	3	2	0	10	15
Artigo 29	Imóveis interesse - classificação	4	1	0	10	15
Artigo 30	Imóveis interesse - diretrizes gerais	4	0	1	10	15
Artigo 31	Imóveis interesse - tipologias	5	0	0	10	15
Artigo 32	Imóveis interesse - situação de ruína	2	2	1	10	15
Artigo 33	Imóveis interesse - critérios NP1	4	0	1	10	15
Artigo 34	Imóveis interesse - critérios NP2	3	1	1	10	15
Artigo 35	Imóveis interesse - esquadrias e vãos	3	1	1	10	15
Artigo 36	Imóveis interesse - iluminação fachadas	4	0	1	10	15
Artigo 37	Entorno - traçado urbano	4	2	0	9	15
Artigo 38	Entorno - rampas	5	0	1	9	15
Artigo 39	Entorno - novos lotes espaço público	4	1	1	9	15
Artigo 40	Entorno - equipamentos espaço público	6	0	0	9	15
Artigo 41	Entorno - volumetria	3	3	0	9	15
Artigo 42	Publicidade - critérios	4	2	0	9	15
Artigo 43	Toldos - critérios	5	0	1	9	15
Artigo 44	Disposições finais - autorizações AT	0	1	0	14	15
Artigo 45	Disposições finais - autorizações AE	0	1	0	14	15
Artigo 46	Disposições finais - procedência	1	0	0	14	15
Artigo 47	Disposições finais - sanções	1	0	0	14	15
Artigo 48	Disposições finais - situações não previstas	1	0	0	14	15
Total		211	53	30	411	705

**Tabela 3.** Detalhamento do total de respostas segundo o tema e a sugestão de encaminhamento do conteúdo normativo.

Fonte: Consulta pública nº03 (dados sistematizados Depam-Iphan).

## Assunto Abordado



**Tabela 4.** Percentual de solicitações, por alterar e excluir, do total de propostas de alteração (66%) e exclusão (34%) segundo o tema.

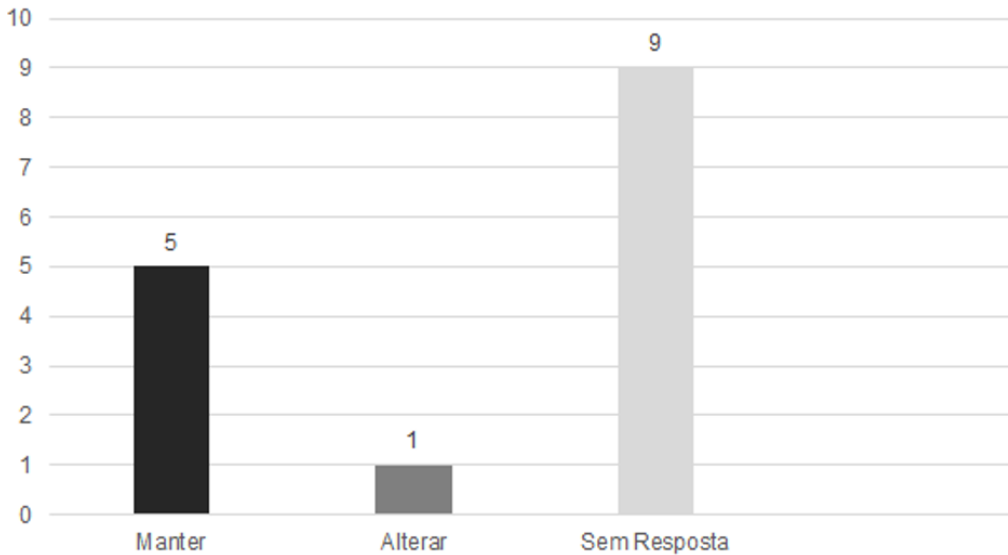
Fonte: Consulta pública nº03 (dados sistematizados Depam-Iphan).

Os quadros acima oferecem um panorama das contribuições por artigo e por tema. Percebe-se que alguns temas foram mais questionados que outros, destacando-se aqueles referentes à descrição dos valores e atributos históricos e paisagísticos (cerca de 30% da proposições de alteração ou exclusão) e aos objetivos de intervenção na área tombada e de entorno (cerca de 10%). Também receberam um número expressivo de

contribuições a abordagem sobre novos lotes em áreas públicas tombadas (3,61%), os critérios para os imóveis sem interesse (volumetria – 4,81%) e para aqueles situados no entorno (volumetria – 3,61%).

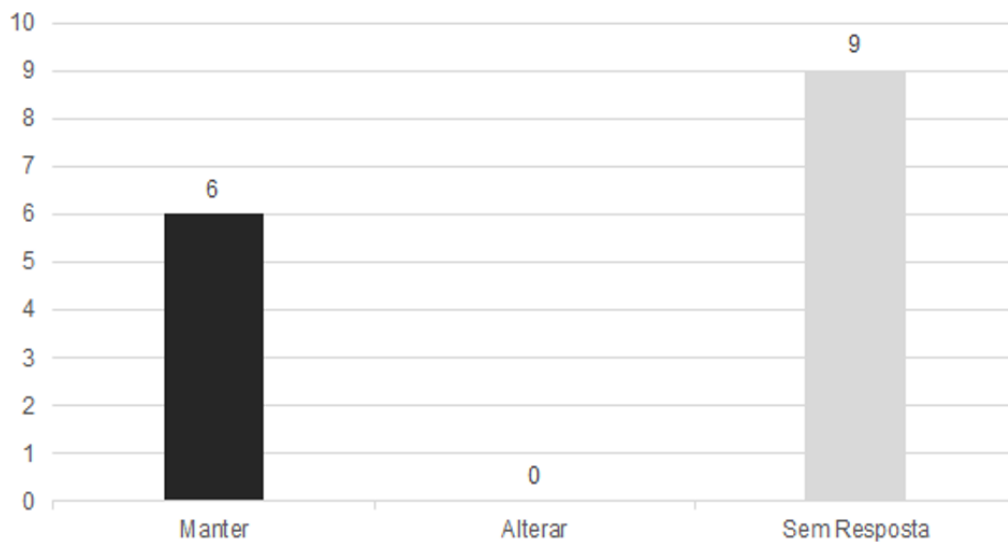
Apenas 9 (19%) artigos dos 48 não receberam nenhum tipo de sugestão. São aqueles referentes aos critérios de paisagismo e de equipamentos no espaço público, de desmembramento e remembramento de lotes na área tombada, assim como a descrição dos modelos estilísticos dos imóveis classificados como NP1 e NP2 e as disposições finais de aplicação da portaria.

Em relação às propostas de inclusão de imóveis na categoria NP1, foi feita a sugestão de incluir a Igreja do Perpétuo Socorro, situada na área de entorno. Foram também feitas as propostas de alteração de categoria de dois imóveis classificados como NP2 para NP1, sendo eles a “Casa Rosa” e o “Anjo da Ventura” (proposição feita em Apresentação Pública).



**Gráfico 5.** Propostas para as edificações classificadas como NP1.

Fonte: Consulta pública nº03 (dados sistematizados Depam-Iphan).



**Gráfico 6.** Propostas para as edificações classificadas como NP2.

Fonte: Consulta pública nº03 (dados sistematizados Depam-Iphan).

Com relação às contribuições enviadas por carta ou e-mail, foram recebidas três, sendo uma de autoria do Fórum de Entidades e Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro (cujo encaminhamento correspondente se deu no processo SEI 01450003238/2021-94), outra do Gabinete da Reitoria da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT) e a última de uma professora da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). As três comunicações solicitaram ampliação do prazo ou suspensão da Consulta Pública, com questionamentos referentes sobretudo ao seu formato. Argumentou-se, por exemplo, quanto ao formato excludente, face ao acesso limitado da população local à internet ou à sua dificuldade em compreender a linguagem eletrônica. Observou-se a ausência de vídeos e áudios explicativos para aqueles que não podem ler as propostas. As duas cartas (Fórum e UNEMAT) alegaram ainda que a proposta de norma altera tanto a poligonal de tombamento quanto os valores reconhecidos pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Foram realizadas também, para o recebimento de propostas, uma apresentação pública e uma reunião técnica online, pela plataforma Jitsi Meet. O objetivo foi apresentar a proposta de minuta, esclarecer dúvidas e proporcionar outras oportunidades para contribuições.

As duas reuniões foram iniciadas pela Superintendente do IPHAN-MT, que esclareceu o papel do instituto na sociedade, o significado e as implicações do ato do tombamento, e o processo de construção da normativa ao longo dos últimos anos. Em seguida, apresentou-se a proposta da minuta pela área técnica do IPHAN/MT e, por fim, abriu-se às perguntas.

14/10/2021	Apresentação Pública junto à Prefeitura Municipal	15/10/2021	Reunião Técnica junto à Câmara Municipal de Vereadores
Participante	Órgão representante	Participante	Órgão representante
Amélia Hirata	IPHAN MT	Amélia Hirata	IPHAN MT
Adriano Barros	IPHAN MT	Adriano Barros	IPHAN MT
Thamara Cavalheiro	IPHAN MT	Thamara Cavalheiro	IPHAN MT
Fernanda Silva	IPHAN MT	Fernanda Silva	IPHAN MT
Wilson Kishi	Prefeitura Municipal de Cáceres, Secretaria Municipal de Administração	Maria B. Guimarães	SECEL MT
Professor Clementino	UNEMAT	Vereador Domingos	Câmara de Vereadores
Professor Acir	UNEMAR	Vereador Franco	Câmara de Vereadores
Adson de Arruda	Não informou	Vereador Lacerda	Câmara de Vereadores
Rodrigo Fonseca	Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro	Vereador Celso Silva	Câmara de Vereadores
Patrick Montalvão	Não informou		
Franciele Carvalho	Não informou		
Herbert Dias	Não informou		

**Tabela 5.** Participantes da apresentação pública e da reunião técnica.

Fonte: Consulta pública nº03 (dados sistematizados Depam-Iphan).

A primeira apresentação foi realizada para a Prefeitura do Município de Cáceres, no dia 14/10/2021, aberta à participação do público. Estavam presentes os representantes do IPHAN/MT, membros do poder executivo municipal e representantes de outras entidades, como UNEMAT e Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural.

Após a apresentação, o senhor Renato Fonseca iniciou as falas afirmando que a minuta propunha uma retificação do tombamento, apontando que o Conselho Consultivo, em seu parecer, incluiu o lado oposto da Ilha Castrillon na Área Tombada e que tal determinação não teria sido acatada pelo IPHAN. Questionou ainda a metodologia de classificação das edificações dentro do conjunto tombado de Cáceres, ao determinar a proteção integral de apenas seis imóveis e parcial de apenas 170, sendo que o tombamento incide sobre toda a área. A equipe do IPHAN-MT esclareceu que a poligonal apresentada é a mesma aprovada pelo Conselho Consultivo, não tendo havido nenhuma alteração. Pontuou novamente os valores reconhecidos no conjunto urbano de Cáceres, seu contexto atual e o papel da normativa, que não possui poder de retificar o tombamento. A descrição dos valores que aparece na minuta de portaria foi elaborada a partir do que foi extraído do processo de tombamento, trazendo parâmetros claros de intervenção, com intuito de preservar o que é relevante para o patrimônio cultural nacional. Não se trata, portanto, de redefinição de valores do bem tombado.

Por fim, o secretário municipal Winson Kishi fez suas considerações e sugeriu a inclusão do imóvel denominado Anjo da Ventura como NP1. Tal sugestão não foi acolhida, visto que o imóvel está alterado e não possui as características que balizaram a seleção dos imóveis classificados como NP1, conforme consta no Inciso I do Art. 29º da minuta.

A segunda reunião, de caráter técnico, foi realizada para a Câmara dos Vereadores, no dia 15/10/2021. Estavam presentes alguns vereadores e representantes da Secretaria Estadual de Esporte, Cultura e Lazer (SECEL).

Não houve contribuições à normativa na ocasião. Os apontamentos dos vereadores foram no sentido das dificuldades de preservação do patrimônio e a falta de recursos para tal. O vereador Domingos solicitou uma reunião presencial, por meio de audiência pública, para debater a lista de classificação de imóveis NP2, que contaria com a participação de um técnico do IPHAN, grupo de empresários locais e a Prefeitura Municipal. Entretanto, nem na reunião, nem via formulário eletrônico, foi apresentada sugestão de lista de imóveis pela Prefeitura.

A SECEL informou que considerou a normativa muito flexível, mas não apresentou proposições na reunião, afirmando que suas contribuições haviam sido feitas via formulário eletrônico.

De modo geral, foi considerado pelos participantes que o tempo de contribuição para a consulta pública foi demasiado curto e que sua publicidade foi de baixo impacto. Durante as reuniões, não foram feitos apontamentos no sentido de incompreensão do texto da norma nem de sua estrutura.

A minuta de portaria também passou por alguns pequenos ajustes de redação nos artigos 32 e 33 (antigos 33 e 34), referentes aos critérios de intervenção nos imóveis classificados como NP1 e como NP2. Estas mudanças não foram motivadas diretamente pelas propostas encaminhadas pela Consulta Pública, mas por sugestões internas do Iphan, que usufruíram do ambiente propício de reflexão proporcionado pela consulta. As motivações para tais alterações se encontram reunidas no Anexo, nos respectivos artigos.

### 3.2. Síntese dos resultados com esclarecimentos das questões que mais se destacaram, com base no contexto local

A análise dos resultados das contribuições para a minuta de portaria permite identificar alguns temas mais questionados do que outros, destacando-se aqueles referentes à descrição dos valores e atributos históricos e paisagísticos e aos objetivos de intervenção na Área Tombada e no Entorno. Também receberam um maior número de contribuições os critérios para os novos lotes em áreas públicas, para os imóveis sem interesse e para aqueles situados no Entorno.

Houve um número significativo de contribuições aos artigos que levaram à revisão da sua redação, totalizando 18 acolhimentos totais ou parciais (19,8% das proposições). Entre eles, destaca-se, por exemplo, o alerta quanto aos critérios especificados para os imóveis em situação de ruína, para os vãos máximos permitidos nas edificações não classificadas como NP1 e NP2 na Área Tombada e também para as localizadas no

Entorno. Foram acrescentadas situações permitidas para o uso de publicidade no espaço público, feita a correção no nome do museu municipal situado na Avenida do Sangradouro e alterados alguns termos para conferir maior clareza aos comandos dos artigos.

Entre as propostas, 71 (78%) não foram acolhidas. Destas, 42,5% não trouxeram justificativas ou estas não eram claras, impossibilitando a análise do seu mérito pelo Iphan. Para as demais 57,5%, foram registradas as justificativas ou esclarecimentos pertinentes na tabela anexa a este relatório.

Algumas propostas recorrentes trouxeram implícita a intenção de alteração da área tombada ou dos seus valores, procedimento impossível de ser considerado no âmbito da norma de preservação e próprio do escopo dos processos de reconhecimento, que possuem ritos burocráticos próprios. A carta do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro, inclusive, acusou a norma de estar revendo os termos do tombamento. Estas participações mostram a grande dificuldade de compreensão dos contornos do objeto tombado pela sociedade, seja em relação ao seu perímetro, ou ao seu valor.

As três propostas de alteração de classificação de imóveis não puderam ser acatadas: duas delas por serem de propriedade particular e não se adequarem aos critérios de seleção e uma por se situar no Entorno, não podendo ser entendido como componente valorado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação ao balanço das contribuições para a minuta de Portaria do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cáceres/MT, avalia-se que a Consulta Pública possibilitou aprimoramentos que trouxeram uma precisão maior na sua redação. Não houve alterações nem na poligonal de entorno nem na classificação dos imóveis. Esta etapa mostrou-se, também, uma oportunidade importante para esclarecimentos sobre a atuação institucional do Iphan, seus processos de trabalho e sobre as características do tombamento nacional de Cáceres.

Em relação ao balanço da publicação das primeiras Consultas Públicas, é possível destacar algumas lições aprendidas, a saber:

- Importância de apresentação prévia da minuta às instituições públicas e à sociedade, oferecendo esclarecimentos, facilitando a sua compreensão e preparando o público para a etapa da Consulta Pública.
- Importância de prever alternativas para as contribuições da sociedade que não seja pela via eletrônica.
- Importância de o formulário eletrônico completo ser disponibilizado em um único link.

A Consulta Pública mostra-se um instrumento de grande potencial para diálogo com a sociedade, o alinhamento com outras instituições públicas e para o recebimento de contribuições concretas, antecipando equívocos. O seu aprimoramento contínuo representa um potencial para o processo de normatização.

Em relação ao andamento da norma de Cáceres as próximas etapas serão as seguintes:

- Envio do Relatório Técnico e da nova minuta de portaria para análise e manifestação da Procuradoria Federal junto ao Iphan.
- Realização de reunião pública para apresentação dos resultados da CP com envio de convites para os órgãos públicos e para a Câmara de Vereadores.
- Divulgação do Relatório no site e redes sociais do Iphan com a minuta de portaria revisada após manifestação da Procuradoria Federal junto ao Iphan.
- Publicação da portaria.

---

 Nos termos do § 1º do artigo 216 da Constituição Federal.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Clara Giannecchini, Arquiteta**, em 21/12/2021, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thamara Paulino Vilela Cavalheiro, Arquiteta**, em 21/12/2021, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3169329** e o código CRC **27F22DAE**.